

*Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade**

MICHAEL WERNER e BÉNÉDICTE ZIMMERMANN**

*Professores da École des Hautes
Études em Sciences Sociales, Paris*

A reflexão acerca das condições e modalidades de produção de um conhecimento sócio-histórico passou, ao longo dos últimos vinte anos, por desdobramentos significativos. Duas séries de fatores, provenientes ao mesmo tempo do movimento interno das ciências sociais e do contexto político mais geral, produziram conjuntamente os seus efeitos. Num plano político, as mudanças ocorridas desde 1989, acopladas a um processo de alargamento e de multiplicação dos espaços de referência e de ação – a ‘mundialização’, para retomar um termo consagrado –, marcaram os paradigmas de pesquisa, dando especialmente uma nova atualidade à exigência de reflexividade. Num plano intelectual, a ‘virada culturalista’, ao enfatizar a especificidade, ou mesmo o caráter irredutível do local, contribuiu para aprofundar os conhecimentos acerca do funcionamento diferenciado das sociedades e das culturas, provocando assim uma fragmentação dos saberes e, com isto mesmo, a sua relativização.¹

As interrogações produzidas pelo esboroamento do colonialismo afetaram, por outro lado, a posição até então dominante das ciências sociais ‘ocidentais’. Desde então, suspeitas de imperialismo intelectual e de estratégias de dominação política, elas vêem sua ambição universalista enfraquecida.² De tais desenvolvimentos resultam recomposições internas em cada disciplina, e novos posicionamentos quanto ao lugar das ciências sociais no dispositivo geral de produção dos saberes.

Mas esses deslocamentos levantam também questões que tocam diretamente as práticas de pesquisa, as maneiras de abordar as fontes e os terrenos. A proposição de *história cruzada*, que desenvolvemos aqui, inscreve-se nesse movimento geral. Empregada há cerca de dez anos em ciências huma-

nas e sociais, esta noção deu lugar a variados usos. Na maioria dos casos, ela remete, de modo vago, a uma ou a um conjunto de histórias, associadas à idéia de um cruzamento não especificado. Ela aponta então simplesmente para uma configuração de acontecimentos, mais ou menos estruturada pela metáfora do cruzamento. Frequentemente, aliás, tais usos evocam *histórias cruzadas*, no plural. Este emprego corrente, relativamente indiferenciado, distancia-se das práticas de pesquisa que procuram uma abordagem mais específica. Neste caso, a história cruzada relaciona, geralmente em escala nacional, formações sociais, culturais e políticas, partindo da suposição que elas mantêm relações entre si.³ Ela enseja por outro lado uma reflexão acerca da operação que consiste em 'cruzar', tanto no plano prático como no intelectual. Mas estes usos estão apenas começando a fixar-se. Este artigo propõe-se a tomá-los precisos, inscrevendo a noção nos debates teóricos e metodológicos atuais. Assim especificada num plano empírico e teórico, a história cruzada pode contribuir ao aperfeiçoamento do instrumental da maioria das disciplinas das ciências humanas e sociais.

Três observações liminares situarão nosso propósito. Primeiro, a história cruzada pertence à família dos procedimentos "relacionais" que, tal como a comparação, os estudos de transferência e, mais recentemente, da *Connected* e da *Shared history*, pergunta pelos elos, materializados na esfera social ou simplesmente projetados, entre diferentes formações historicamente constituídas. Neste sentido, ela retoma, em novos termos, as discussões feitas ao longo dos últimos anos sobre a comparação, as transferências e, mais genericamente, sobre as interações sócio-culturais.⁴ Ela oferece em particular pistas novas para sair do impasse dos debates entre comparatistas e especialistas em transferências,⁵ mas sem desprezar as contribuições dessas duas perspectivas sobre as quais ela se apóia em grande medida.

Mas a história cruzada ambiciona também tratar objetos e problemáticas específicas que escapam às metodologias comparatistas e aos estudos de transferências.⁶ Ela permite apreender fenômenos inéditos a partir de quadros renovados de análise. Assim fazendo, ela fornece a ocasião de sondar, por um viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e da reflexividade. Enfim, ela coloca o problema de sua própria historicidade a partir de um triplo procedimento de historicização: do objeto, das categorias de análise e das relações entre o pesquisador e o objeto. Ela oferece assim uma 'caixa de

ferramentas' que, mais além das ciências históricas, pode ser operacional em muitas outras disciplinas que cruzam as perspectivas do passado e do presente.⁷

A COMPARAÇÃO PERANTE A HISTORICIDADE DE SEUS OBJETOS

Aqueles que praticam a comparação e tentam controlar seus efeitos, seja trabalhando sobre materiais do passado ou contemporâneo, têm consciência de uma série de dificuldades que, mesmo se elas se fazem sentir em situações variadas, todas concernem a articulação entre método e objeto. Simplificando, diremos que elas se devem ao fato que, por um lado, a comparação é uma operação cognitiva que, na base, funciona segundo um princípio de oposição binária entre diferenças e similitudes, e que, por outro lado, ela se aplica em ciências sociais a objetos empíricos que são historicamente situados e constituídos de múltiplas dimensões, imbricadas umas nas outras. Em si mesmos, os problemas de auto-controle e de reajustamento permanente do processo que daí resultam não são insuperáveis. Eles fazem parte do pão de cada dia dos comparatistas, e cada um cuida disto à sua maneira.⁸ Isto não impede que as questões de fundo permaneçam. Resumamos brevemente aquelas que nutrem a problemática da história cruzada.

A primeira concerne a *posição do observador*. Se mantemos o esquema de base da operação cognitiva, a comparação supõe um ponto de vista exterior aos objetos que são comparados. E mais, para ver corretamente e limitar os efeitos de ótica, seria rigorosamente necessário que o ponto de vista fosse colocado idealmente equidistante dos objetos, de modo a produzir uma visão simétrica. Enfim, o princípio de coerência da comparação implica que o ponto de observação seja estável no espaço e no tempo. Ora, sabemos perfeitamente que em matéria de observação dos fatos de sociedade e de cultura, tal ponto de vista, teoricamente pensável, é inacessível na prática da pesquisa. O pesquisador está sempre, de uma forma ou de outra, envolvido no campo de observação; ele investiu seu objeto, nem que seja por sua língua, pelas categorias e conceitos que utiliza, por sua experiência histórica, pelos saberes prévios aos quais ele se refere, etc. Sua posição é, portanto, descentrada. Mas ela se submete também a variações no tempo e nunca está perfeitamente fixada no espaço. A questão do posicionamento convida as-

sim, a explorar procedimentos corretivos que permitam dar conta de tais dinâmicas.

A segunda dificuldade está ligada à precedente. Ela vem da escolha do *nível da comparação*. Que se trate, por exemplo, da região, do Estado-nação ou da civilização, nenhuma destas escalas é rigorosamente unívoca ou generalizável. Todas elas são historicamente constituídas e situadas, carregadas de conteúdos específicos e, portanto, difíceis de transpor em quadros diferentes. Basta pensar, por exemplo, nos problemas colocados pelo conceito de civilização, desenvolvido em condições históricas particulares, logo que queiramos instituí-lo em nível genérico de comparação.⁹ Na prática, podemos certamente contornar o obstáculo, integrando na grade comparativa uma margem de desvio, adaptada a cada caso estudado. Mas tais desvios ameaçam comprometer a pertinência dos resultados, especialmente no caso de comparações multilaterais que demandam um número elevado de parâmetros.

Além disto, a questão das escalas provoca efeitos diretos sobre a definição do *objeto da comparação*. Sua escolha nunca é neutra, mas sempre já marcada por uma representação particular que mobiliza categorias específicas historicamente constituídas. Quer se trate de objetos de aparência simples e, portanto, dotados de uma certa evidência como o desempregado, o estudante ou as relações de parentesco, ou mesmo de conjuntos mais complexos, como o sistema de ensino ou as relações entre espaço público e privado, podemos facilmente mostrar que as grades de análise divergem não somente segundo a escala escolhida, mas também em função da particularidade dos terrenos, das designações e das tradições de pesquisa a que se refere o pesquisador. Podem daí resultar distorções consideráveis: primeiro a nível da própria identificação das entidades, da qual decorrem distintas filiações categoriais e perspectivas científicas. Isto significa levantar aqui o problema da constituição histórica e situada dos objetos da comparação. Para evitar o obstáculo da 'naturalidade' presumida de tais objetos, muitas vezes é indispensável interrogar sua historicidade, e as marcas deixadas por ela sobre suas características e seus usos contemporâneos.¹⁰

Mas a historicização dos objetos e das problemáticas pode suscitar *conflitos entre lógicas sincrônicas e diacrônicas*. A comparação supõe um corte sincrônico, ou pelo menos um ponto de parada no fluxo temporal, mesmo que o comparatista trate também de processos de transformações ou possa fazer comparações no tempo. Mesmo neste caso, ele é levado a fixar o seu

objeto, a fazê-lo parar no tempo e, portanto, de alguma forma, a suspender o tempo. Se ele se aventurar excessivamente na descrição de encadeamentos cronológicos que desembocam em mudanças específicas, terá dificuldade em justificar por que, em sua grade comparativa – implícita ou explícita – ele se apóia em tal elemento do processo e negligencia tal outro. Daí resulta uma procura de equilíbrio que, na prática, se revela muitas vezes frágil e instável.

Uma dificuldade suplementar reside na *interação entre os objetos da comparação*. Quando se estuda sociedades em contato, freqüentemente constatamos que os objetos e as práticas estão, não somente em situação de inter-relação, mas ainda se modificam reciprocamente sob o efeito da relação estabelecida. Muitas vezes é o caso, por exemplo, nas ciências humanas e sociais, em que as disciplinas e as escolas evoluem por meio das trocas cruzadas, em atividades culturais como a literatura, a música e as artes, ou em domínios práticos como a publicidade, as técnicas de *marketing*, as culturas de organização ou ainda as políticas sociais. O estudo comparado de tais zonas de contato, que se transformam enquanto interagem, convida o pesquisador a reorganizar seu quadro conceptual e a repensar seus instrumentos de análise.¹¹

Todos os diferentes pontos que acabamos de levantar remetem ao problema da articulação entre uma lógica de análise essencialmente sincrônica e objetos historicamente constituídos.¹² Os desafios suscitados ao pesquisador incitam antes de tudo a uma firme tomada de consciência da dimensão histórica. Os estudos de transferências, que emanam precisamente de processos históricos, respondem a esta exigência, colocando, no entanto, outros problemas.

AS TRANSFERÊNCIAS E A QUESTÃO DO REFERENCIAL

Se a comparação tende a privilegiar a sincronia, a pesquisa sobre as transferências se coloca nitidamente numa perspectiva diacrônica.¹³ Qualquer que seja a escala temporal adotada, a pesquisa sobre as transferências pressupõe um processo que se desenvolve no tempo. Analisando fenômenos de deslocamento e de apropriação, ela restitui encadeamentos factuais. Conseqüentemente, ela não se baseia na hipótese de unidades de análise estáveis, mas sobre o estudo de processos de transformação. Como para a comparação, os aportes desta corrente de pesquisa são evidentes e os canteiros de

obras acionados revelaram-se fecundos, não somente na escala das transferências entre culturas nacionais e regionais, mas também em campos específicos, como as relações entre disciplinas, as práticas artísticas, a história do livro ou a história econômica.¹⁴ Embora ofereça respostas a questões colocadas pelo comparatismo, os estudos de transferências também apresentam, por sua vez, ângulos opacos. Para simplificar, limitar-nos-emos aqui às transferências entre conjuntos nacionais, mesmo sabendo que se trata de problemas estruturais que tocam todos os domínios de pesquisa sobre as transferências.

O primeiro problema concerne *os quadros de referência*. Concentrando-se em transações entre dois pólos, a transferência implica um quadro fixo comportando pontos de partida e de chegada. Qualquer descrição, qualquer análise de transferência pressupõe um começo e um fim, a partir dos quais o processo estudado torna-se inteligível e interpretável. No caso de transferências internacionais, tais pontos de partida e de chegada situam-se geralmente no interior de sociedades e culturas nacionais postas em contato. Conseqüentemente, as situações de origem e aquelas que resultam da transferência são escolhidas por meio de referências nacionais estáveis e supostamente conhecidas: por exemplo, a historiografia 'alemã' ou 'francesa', as concepções urbanísticas próprias à Grã Bretanha ou à Rússia, etc.

O fixismo dos pontos de partida e de chegada repercute sobre *a invariância das categorias de análise*. Consta-se com efeito que, tal como os quadros de referência, as categorias utilizadas para analisar a transferência pertencem aos diferentes registros nacionais. Ou seja, não somente o objeto da transferência, mas também as atividades que lhe são associadas – de tradução, por exemplo – são apreendidas por meio de conceitos elaborados no seio de tradições disciplinares nacionais. Mesmo em se tratando de medir desvios ou fenômenos de aculturação e/ou resistência à aculturação, eles são avaliados em função de modelos estáveis. A significação do desvio se determina com a ajuda de categorias cuja historicidade e labilidade ficam entre parênteses.

Mais geralmente, as duas dificuldades precedentes fazem aparecer um *déficit de reflexividade* devido a um insuficiente controle dos circuitos autorreferenciais. Com efeito, se ao nível das relações entre conjuntos nacionais os estudos de transferência tinham inicialmente por objetivo tornar mais permeáveis as fronteiras e quebrar o mito de homogeneidade das unidades nacionais, acontece que as categorias de análise utilizadas re-introduzem, de

certa forma pelas laterais, as mesmas referências nacionais que se tratava de relativizar. O estudo das trocas produz, é certo, uma abordagem mais rica da cultura de recepção; ela evidencia os aportes estrangeiros e contribui a historicizar o conceito de cultura nacional. Mas a própria representação de tal cultura não está de fato colocada em questão. Assim, antes que suavizar a ancoragem nacional das historiografias e das disciplinas de ciências humanas e sociais, a pesquisa sobre as transferências arrisca-se a consolidá-las. Mas em geral, na medida em que os referenciais de análise não são diretamente questionados, os estudos de transferência se expõem ao risco de todo empreendimento que negligencia sua dimensão auto-referencial: eles não fazem mais que confortar os *a priori* que veiculam.

Enfim, coloca-se a questão da *reciprocidade e reversibilidade*. Mesmo que o programa relativo às transferências não tenha fixado regra, inicialmente, quanto a este ponto, as pesquisas empíricas geralmente se voltaram para processos lineares simples de uma cultura ou de uma disciplina a uma outra, segundo a lógica da introdução, difusão e recepção. Mesmo no caso, relativamente raro, de configurações triangulares, o objeto se limita a transferências sucessivas.¹⁵ Ora, bem freqüentemente, as situações são mais complexas, colocando em jogo movimentos entre diferentes pontos, em pelo menos duas, normalmente muitas direções. Tais operações podem suceder-se no tempo – em certos casos fala-se então de re-transferências¹⁶ – mas também se recortar em parte ou por inteiro, estando entendido que uma simultaneidade perfeita não é possível. Elas podem igualmente se cruzar e engendrar dinâmicas específicas, por meio de diferentes tipos de inter-relações. Todos estes casos escapam a uma análise que estabelece simplesmente uma relação entre um ponto de partida e um ponto de chegada. Estudar tais diferentes configurações convida a conceber quadros teóricos e instrumentos metodológicos que permitam abordar fenômenos de interação, implicando uma pluralidade de direções e uma multiplicidade de efeitos. A nosso ver, a figura do cruzamento oferece a possibilidade de pensar tais configurações.

A PESQUISA SOBRE OS CRUZAMENTOS

No sentido literal, cruzar significa “dispor duas coisas uma sobre a outra em forma de cruz.”¹⁷ Daí resulta um ponto de intersecção onde po-

dem se produzir acontecimentos suscetíveis de afetar em graus diversos os elementos em presença, segundo sua resistência, permeabilidade ou maleabilidade, e de seu entorno. Essa idéia de intersecção está no princípio mesmo da história cruzada, tal como estamos nos propondo a desenvolver. Isto gera uma série de conseqüências:

– A noção de intersecção exclui de início o raciocínio a partir de entidades individuais, consideradas exclusivamente por elas mesmas, sem ponto de referência exterior. Ela rompe com uma perspectiva unidimensional, simplificadora e homogeneizadora, em benefício de uma abordagem multidimensional que reconheça a pluralidade e as configurações complexas que daí resultem. Desde logo, as entidades ou os objetos de pesquisa não são apenas considerados uns em relação com os outros, mas igualmente uns através dos outros, em termos de relações, de interações, de circulação. O princípio ativo e dinâmico do cruzamento aqui é primordial, em contraste com o quadro estático da comparação que tende a fixar os objetos.

– Referir a história cruzada a configurações relacionais e a princípios ativos implica em seguida prestar uma atenção especial às conseqüências do cruzamento. Considerar que alguma coisa acontece no momento do cruzamento é uma hipótese forte da história cruzada. Esta última focaliza tanto os cruzamentos propriamente ditos como as suas incidências e repercussões. Ela não se limita à análise de um ponto de intersecção ou de um momento de encontro, mas toma mais largamente em conta os processos suscetíveis de resultar daí, como aliás sugere o termo 'história' na denominação 'história cruzada'.

– Cruzar é também entrecruzar, entrelaçar, ou seja, cruzar diversas vezes, segundo temporalidades eventualmente distanciadas. Este caráter pelo menos parcialmente processual é o terceiro aspecto constitutivo de uma problemática dos cruzamentos. Ele nos remete à análise das resistências, das inércias, das modificações – de trajetórias, de formas, de conteúdos –, ou de novas combinações que podem ora resultar do cruzamento, ora nele se desdobrar. Tais transformações, aliás, não se limitam necessariamente aos elementos postos em contato; elas podem tocar ainda seu entorno próximo ou distante e manifestar-se segundo temporalidades distintas.

– Isto nos conduz ao quarto ponto: as entidades, pessoas, práticas ou objetos cruzados ou afetados pelo cruzamento não permanecem forçosamente intactos ou idênticos a si mesmos.¹⁸ Suas transformações estão ligadas

ao caráter não somente ativo, mas ainda interativo de sua situação de relação. Essas transformações se baseiam quase sempre na reciprocidade (os dois elementos são afetados pela situação de relação), mas também na assimetria (os elementos não são afetados da mesma forma). Neste ponto, a problemática do cruzamento se distingue daquela da mestiçagem. Esta última enfatiza a especificidade do produto de uma hibridação (o mestiço) e incita à ultrapassagem das unidades de partida, entidades constitutivas do encontro previamente identificadas.¹⁹ A história cruzada, por sua vez, interessa-se tanto por aquilo que o cruzamento pode produzir de novo e de mérito quanto pela maneira como ele afeta cada uma das partes 'cruzadas', supondo que elas permanecem identificáveis, mesmo que alteradas. Aqui está um outro marcador da problemática do cruzamento.

Pensar configurações relacionais ativas e dissimétricas, bem como o caráter lável e evolutivo das coisas e das situações, pensar não apenas a novidade, mas também a mudança, eis uma das ambições da história cruzada. Mais que um modelo analítico – que voltaria a fixar as coisas, justamente aqui onde nós as queremos, ao contrário, articular e colocar em movimento –, ela oferece a possibilidade de organizar uma caixa de instrumentos que, reunindo os aportes metodológicos já testados da comparação e do estudo das transferências, permita apreender de modo mais satisfatório a complexidade de um mundo compósito e plural em movimento, e por aí mesmo a questão fundamental da mudança, ponto crítico ou mesmo cego da comparação e, em certa medida, das transferências.²⁰

Esta aceção relacional, interativa e processual da história cruzada abre uma multiplicidade de cruzamentos possíveis. Não faremos aqui a lista, nem proporemos uma tipologia. Contentar-nos-emos em distinguir quatro grandes famílias, em função do objeto do cruzamento e do seu operador. O cruzamento em que se pensa mais espontaneamente, sem dúvida, é aquele intrinsecamente ligado ao objeto de pesquisa (1). Mas pode ser também dos pontos de vista e dos olhares voltados para o objeto (2). O cruzamento pode ainda ser concebido em termos de relações entre o observador e o objeto, desencadeando assim uma problemática da reflexividade (3). Se as distinguimos por razões heurísticas, estas dimensões empíricas e reflexivas, tal como os diferentes tipos de cruzamentos que daí resultam, estão, no entanto, imbricadas. O cruzamento nunca se apresenta como um 'já dado ali' que bastaria identificar e registrar. Ele requer um observador ativo para cons-

truí-lo, e é num movimento de ida e volta entre o pesquisador e seu objeto que se desenham conjuntamente as dimensões empíricas e reflexivas da história cruzada. O cruzamento se dá assim como uma atividade cognitiva estruturante que, por diversas operações de enquadramento, constrói um espaço de compreensão. Através dele, é um processo cognitivo articulando objeto, observador e ambiente que se abre. O cruzamento das escalas espaciais e temporais, que tanto pode ser intrínseco ao objeto como o resultado de uma opção teórica ou metodológica, é um exemplo particularmente revelador desta imbricação entre dimensões empírica e reflexiva (4).

OS CRUZAMENTOS INTRÍNSECOS AO OBJETO

Os cruzamentos têm aqui uma ancoragem empírica e são constitutivos do objeto de pesquisa. Este se confunde então, em parte ou na totalidade, com um cruzamento particular, com o estudo de seus componentes e a maneira como ele se dá, de suas resultantes e conseqüências. Na prática, em geral é extremamente difícil dissociar esses diferentes aspectos e informá-los com precisão, porque os cruzamentos e entrecruzamentos nunca se deixam reduzir a esquemas lineares ou a causalidades simples. Segundo os casos, um ou outro destes aspectos é colocado no centro da análise, em função da entrada escolhida no processo de cruzamento. A tônica pode incidir sobre a dimensão histórica constitutiva dos elementos cruzados e sobre a história do próprio cruzamento, como na pesquisa feita por Sebastian Conrad sobre a constituição da história japonesa na confluência entre tradição local e importação de uma historiografia nacional européia.²¹ A pesquisa visa então os momentos e os fenômenos anteriores ao cruzamento, assim como as modalidades deste último. Mas também é possível interessar-se pelo que se passa a seguir, aos produtos e aos processos que o cruzamento gera mais ou menos diretamente. É o caso de um estudo realizado por Kapil Raj sobre os efeitos do cruzamento entre métodos hindus e ingleses na gênese de uma cartografia britânica no começo do século XIX.²² Esta já não aparece então mais como uma realização autenticamente 'inglesa', mas como o resultado de um vai e vem entre duas tradições distintas que se fecundaram. Da mesma forma, Christine Lebeau mostra em suas pesquisas sobre a figura do administrador no século XVIII, como os saberes administrativos foram sendo constituídos

de maneira cruzada pela circulação, através de toda a Europa, de monografias e documentos de várias proveniências, conservados nos papéis privados dos gestores das finanças públicas da época.²³ Seja qual for o ponto de partida, o cruzamento se comporta, nestes estudos, como matriz de base para a construção do objeto que será, em cada caso, mais ou menos fortemente apropriado à análise dos momentos anteriores ou posteriores aos pontos de intersecção propriamente ditos. Neste sentido, trata-se de objetos de pesquisa inéditos, freqüentemente inacessíveis às problemáticas da comparação de das transferências.

O CRUZAMENTO DOS PONTOS DE VISTA

Aqui nos situamos no domínio dos cruzamentos entre terrenos, objetos, escalas, ou seja, no domínio das coisas que o pesquisador cruza, enquanto os cruzamentos precedentes se produzem sem sua intervenção direta – mesmo se o simples fato de identificar um objeto como tema relevante da história cruzada já seja uma forte intervenção de sua parte. Focalizemos exclusivamente essa distinção. Em contraste com o tipo precedente de cruzamento, que o pesquisador pode tentar descrever, compreender, mas cujos mecanismos ele nem sempre conhece, e dos quais uma parte sempre lhe escapará, este segundo tipo de cruzamento suscita uma atividade intelectual estruturante e voluntarista, por meio da qual se desenham os contornos não somente de um objeto, mas também de uma problemática de pesquisa. Aqui se coloca a questão da constituição do objeto, tanto de um ponto de vista empírico como epistemológico. Assim, um estudo da recepção da *Germania* de Tácito na Europa entre os séculos XV e XX pode revelar fenômenos de cruzamentos históricos – a circulação dos argumentos e sua reinterpretação segundo diferentes contextos nacionais –, mas ela pode também enfatizar a necessidade de cruzar diferentes recepções nacionais para constituir uma problemática de pesquisa de dimensão européia.

Em suma, a construção do objeto, que podemos considerar numa perspectiva weberiana como a adoção de um ou de vários pontos de vista particulares sobre o objeto,²⁴ já é o resultado de diferentes operações de cruzamento. E, na medida em que ele pode evoluir ao longo da pesquisa, o ponto de vista adotado suscita novos cruzamentos. O pesquisador é levado efetiva-

mente a explicitar como sua própria escolha integral ou não outras perspectivas, a efetuar cruzamentos entre diferentes olhares possíveis e a realizar, em certos casos, uma operação de tradução ou de adequação entre as abordagens resultantes de olhares específicos. Estes diferentes pontos de vista são também socialmente estruturados, refletem posições particulares em relações de força ou de poder.²⁵ Desta forma, sua variação significa também, num plano empírico, a admissão, pelo pesquisador, de diferentes pontos de vista sociais: dos governantes e dos governados, assalariados e empregadores, etc. O que importa aqui, não é tanto o caráter reflexivo inerente a todo trabalho de posicionamento intelectual, mas o conjunto das operações técnicas de entrecruzamento que o compõem. Entenda-se por isto, por exemplo, as maneiras de gerenciar a articulação entre a pluralidade de olhares possíveis assim como os numerosos vínculos entre tais pontos de vista desde que se considere que eles são historicamente constituídos. Neste sentido, o enquadramento do objeto e o posicionamento do pesquisador remetem a uma hermenêutica dupla²⁶ em que objetos e pontos de vista se constituem em interação cruzada.

AS RELAÇÕES ENTRE O OBSERVADOR E O OBJETO

Desde que nos referimos em termos de atividade cognitiva, a questão da relação entre pesquisador e objeto é incontornável e torna-se de uma certa forma constitutiva dos dois tipos de cruzamento precedentes. Esta questão incide, antes de tudo, sobre a maneira como os passos preliminares da pesquisa conformam o objeto e, inversamente, sobre o modo como as características do objeto influem sobre os parâmetros da pesquisa. Subjacente a toda empresa intelectual, a questão das relações cruzadas entre o observador e seu objeto é particularmente sensível quando o pesquisador é levado a trabalhar com uma língua, conceitos e categorias que não fazem parte de seu universo de socialização.²⁷ No caso das comparações e das transferências, resulta disto uma assimetria das relações entre o pesquisador e seus diferentes terrenos ou fontes. Aparentemente, um pesquisador formado na França²⁸ que se engaja numa pesquisa franco-alemã não poderá tratar de maneira simétrica os dois lados, pelo menos em razão dos efeitos induzidos pelo domínio das sutilidades do idioma e das categorias que ele veicula, e mais

ainda em razão de sua própria inserção na sociedade francesa. Seria inútil e ingênuo procurar desfazer-se de uma vez por todas deste problema constitutivo de qualquer pesquisa científica.²⁹ Pode-se no entanto tentar controlar suas incidências a partir de um trabalho de objetivação das multiformes relações com o objeto – conscientes de que esta objetivação será sempre parcial – a fim de melhor controlar os vieses que elas podem introduzir nos resultados da pesquisa. As modalidades de apropriação do objeto pelo pesquisador, as resistências do objeto, as condições prévias colocadas pela sua escolha ou ainda a maneira como podem modificar-se durante a pesquisa as relações entre o pesquisador e o objeto, por exemplo, por meio da redefinição deste ou pelo reajustamento das problemáticas e das categorias analíticas, são diferentes aspectos de uma *démarche* reflexiva, na qual a posição do pesquisador e a definição do objeto evoluem e seus deslocamentos respectivos são produtos de interações específicas. O espaço de compreensão criado pela pesquisa não existe *a priori* e se constitui de forma dinâmica através das relações cruzadas de um e do outro. Assim se encontram simultaneamente configuradas dimensões empíricas e reflexivas.

O CRUZAMENTO DE ESCALAS

A questão das escalas permite ilustrar a forma como empiria e reflexividade podem se articular numa perspectiva de história cruzada. Ela aponta o problema das unidades espaciais e temporais de análise, de sua escolha racional em função do objeto, do ou dos pontos de vista adotados. Abordar as questões de escala ao mesmo tempo como dimensão intrínseca ao objeto e como opção cognitiva ou metodológica escolhida pelo pesquisador, implica uma ruptura com uma lógica de escalas pré-constituídas, mobilizadas automaticamente, como é comum para o nacional ou para as grandes datas da cronologia política que se impõem como quadros naturais de análise, definidos independentemente do objeto.

Este problema das escalas já foi objeto de inúmeros desenvolvimentos. Ele foi colocado particularmente em termos de relações entre o micro e o macro, e explorado sobretudo pela *microstoria* italiana, pela abordagem ‘multiscópica’ francesa ou ainda pela *Alltagsgeschichte* alemã. Apesar de suas especificidades,³⁰ essas três abordagens têm por denominador comum tratar

a questão das escalas principalmente como um problema de escolha do nível de análise pelo pesquisador. Assim a *microstoria* escolhe o micro para mostrar em que ele pode enriquecer e fazer evoluir as categorias utilizadas tradicionalmente pela análise macro.³¹ Seus adeptos mais radicais chegam até a trazer o conjunto dos fenômenos a uma escala micro pela convicção de que o micro engendraria o macro.³² Já as propostas de abordagens multiscópicas desenvolvidas na França buscam escapar a essa perspectiva dicotômica, concebendo os 'jogos de escalas' como uma mudança de foco para variar os pontos de vista sobre o passado. Por este princípio, o local aparece como uma 'modulação particular' do global e, ao mesmo tempo, como uma versão "diferente" das realidades macro-sociais.³³ Finalmente, a *Alltagsgeschichte* fundamenta a escolha do micro e a crítica do macro numa antropologia das relações sociais.³⁴ Mas ao conduzir muito exclusivamente a questão das escalas a uma escolha teórica ou metodológica, a *microstoria*, a abordagem multiscópica e a *Alltagsgeschichte* deixam de colocar de fato o problema da articulação empírica e do acoplamento de diferentes escalas ao nível do próprio objeto. Pois as escalas são tanto um assunto de escolha intelectual quanto são induzidas pelas situações concretas de ação próprias aos objetos estudados.

Em regra geral, os objetos empíricos relevam de muitas escalas ao mesmo tempo e escapam a abordagens de foco único. É o caso, por exemplo, da constituição da categoria de desemprego na Alemanha entre 1890 e 1927.³⁵ Seus protagonistas agem, simultânea ou sucessivamente, em diferentes níveis: municipal, nacional, ou mesmo internacional, de tal modo que essas diferentes escalas aí se constituem em parte umas através das outras. As escalas não poderiam aqui ser reduzidas a um fator explicativo externo, pois são parte integrante da análise. Assim, de um ponto de vista espacial, elas remetem à pluralidade de cenas, de lógicas e de interações a que pertence o objeto de análise.³⁶ De um ponto de vista temporal, elas colocam a questão das temporalidades do observador, do objeto e de suas interferências na confluência entre empiria e metodologia. A atenção dada a seus acoplamentos e articulações permite dar conta de interações constitutivas de fenômenos complexos não redutíveis a modelos lineares.

O transnacional oferece uma boa ilustração dessa dupla aposta. Numa perspectiva de história cruzada, o transnacional não pode simplesmente ser considerado como um nível suplementar de análise que viria somar-se ao local, regional ou nacional, segundo uma lógica de mudança de foco. Ele é,

pelo contrário, apreendido enquanto um nível que se constitui em interação com os precedentes e que engendra lógicas próprias, com efeitos retroativos sobre as outras lógicas de estruturação do espaço. Longe de se limitar a um efeito de redução macroscópica, o estudo do transnacional faz aparecer uma rede de inter-relações dinâmicas, cujos componentes são em parte definidos por meio dos vínculos que entretêm e das articulações que estruturam suas posições.³⁷ Encarada por este ângulo, a história cruzada pode abrir pistas promissoras para a escrita de uma história da Europa que não se reduza à soma das histórias dos Estados membros ou de suas relações políticas, mas que considere a diversidade das transações, negociações e reinterpretações que se dão em diferentes cenas em torno de uma grande variedade de objetos e cuja combinação contribui a modelar com geometria variável uma história européia.

A abordagem em termos de cruzamento favorece a ultrapassagem dos arrazoados que opõem micro e macro, insistindo pelo contrário em sua mextricável imbricação. A noção de escala, neste caso, não remete ao micro ou ao macro, mas aos diferentes espaços em que se inscrevem as interações constitutivas do processo analisado. Em outros termos, as escalas que nos interessam são aquelas construídas ou mobilizadas nas situações estudadas, e são tanto espaciais quanto temporais, e suas variações não são o apanágio exclusivo do pesquisador mas também o produto dos protagonistas das situações estudadas. Vê-se portanto que o cruzamento pertence ao mesmo tempo ao registro do objeto de estudo e àquele dos procedimentos de pesquisa ligados às escolhas do pesquisador. Na sua versão mais exigente, a história cruzada pretende estabelecer conexões entre os dois registros e entrelaçar assim empiria e reflexividade.

UMA INDUÇÃO PRAGMÁTICA...

Mas, como estudar, objetivar essas diversas formas de cruzamento? O exemplo das escalas permitiu formular algumas proposições que convém agora aprofundar. Insistir sobre a necessidade de partir do objeto de pesquisa e das situações concretas de ação conduz a uma conduta indutiva e pragmática. De um ponto de vista epistemológico, toda produção de conhecimento sócio-histórico associa procedimentos indutivos e dedutivos, é certo,

mas em proporções variáveis.³⁸ No caso da comparação, onde a parte dedutiva é geralmente importante, as problemáticas nacionais previamente dadas e cristalizadas numa língua e em categorias de análise particulares tendem então a prefigurar uma parte dos resultados. A história cruzada não escapa à inércia dessa formatação nacional preestabelecida, mas sua inflexão indutiva procura limitar-lhe os efeitos por meio de um dispositivo de pesquisa no qual os objetos, as categorias e as grades de análise se ajustem passo a passo durante a pesquisa. Assim Nicolas Mariot e Jay Rowell mostram, num estudo sobre as visitas de chefes de Estado na França e Alemanha às vésperas da primeira guerra mundial, como a transposição de uma problemática e de uma grade de pesquisa de um país a outro pode ser testada. Revelando uma dissemetria das situações, não somente no desdobramento prático, mas também na vocação simbólica destas visitas, apontando importantes distanciamentos entre as diferentes maneiras de conceber e de categorizar a ação pública ou as relações entre o centro e a periferia, uma tal verificação leva a revisar a problemática inicial e a reformular as categorias que a estruturavam.³⁹ Portanto, o princípio da indução faz aqui referência a um processo de produção de conhecimento em que os diferentes elementos são definidos e, se necessário, reposicionados entre si. Seu caráter pragmático deve além disto ajudar a limitar a tentação das construções apriorísticas e a contornar o obstáculo do essencialismo das categorias demasiado estáticas.

A indução pragmática implica portanto partir do objeto de estudo e das situações de ação em que ele é considerado e se desdobra, em função de um ou de vários pontos de vista previamente definidos, mas submetidos a reajustes permanentes motivados pela investigação empírica, apoiar-se nas situações permite escapar a um “uso cômodo e preguiçoso do contexto”⁴⁰, recusando seu caráter genérico e preestabelecido, e integrando uma reflexão acerca dos princípios que regem sua definição. Cabe aí uma análise da maneira pela qual as pessoas se apegam efetivamente ao mundo, da construção específica deste último e do contexto agenciado por essa atividade em cada caso particular, e, finalmente, dos usos que tal construção viabiliza. A atenção dada às situações é também uma forma de questionar o caráter de exterioridade, freqüentemente engessado, do contexto, para fazê-lo parte integrante da análise. Tal como a escolha das escalas, a definição do contexto não é privilégio exclusivo do pesquisador. Ela remete também a referenciais próprios aos objetos e às atividades estudadas e desta forma se torna uma

dimensão importante da história cruzada. Assim, ela integra no trabalho de contextualização operado pelo pesquisador, a dimensão referencial dos objetos e das práticas analisadas, levando em conta, não só a variedade das situações de ação em que as relações com o contexto se estruturam, mas também o efeito que o estudo de tais situações exerce sobre os procedimentos analíticos do pesquisador.⁴¹ Nesta acepção, a noção de situação designa não somente um quadro específico de ação tal como definido por Erving Goffman, mas ainda – e igualmente importante – as interações particulares que prevalecem nesse quadro.⁴² Por sua vez, a referência à ação situa a dinâmica das atividades concretas das pessoas em situações dadas no âmago da análise. Mais além das construções preestabelecidas, a abordagem pragmática permite assim identificar, por um lado, as referências e as categorias efetivamente mobilizadas na ação e, por outro, as maneiras como elas são mobilizadas.⁴³

A indução pragmática não significa, no entanto, entrincheirar-se em um nível micro, ou limitar-se a uma justaposição de situações, em detrimento de toda forma de generalização. Mas a generalização provém então da combinação destas situações diversas e das lógicas de ação que lhes são próprias.⁴⁴ A emergência de formas comuns de organização do concerto no século XIX na Europa pode ser assim estudada a partir de constelações locais, muito variadas, e através das práticas concretas dos atores. Instituições como as sociedades de concertos ou figuras genéricas como o empresário e o agente de concertos nascem, com efeito, no interior de uma pluralidade de configurações e segundo lógicas que não podem se reduzir a um processo de evolução linear, que alguns autores gostariam de resumir numa progressiva comercialização ou numa diferenciação generalizada de funções ligadas à organização do concerto. Seus contornos se definem, pelo contrário, nos choques entre as expectativas e as estratégias de atores, por vezes contraditórias, às quais respondem enquanto vão se estruturando.⁴⁵ Da mesma forma, a indução pragmática não significa restringir-se a temporalidades curtas de ação em detrimento da longa duração. Pelo contrário, o tempo longo das estruturas aí se conjuga às conjunturas curtas da ação, numa análise da atividade social fundada o estudo das relações dinâmicas entre ação e estrutura. Deste ponto de vista, a atividade das pessoas se revela ao mesmo tempo estruturada e estruturante,⁴⁶ numa relação de interferências recíprocas entre estrutura e ação. Mas essa estruturação é menos determinada pela necessida-

de de um processo irreversível que pelo cruzamento na ação de dificuldades e recursos que são em parte estruturalmente dados, em parte ligados à contingência das situações.⁴⁷ Assim, por exemplo, a maior parte de nossas instituições relevam de uma dupla ancoragem: numa história estrutural longa que marca sua lógica e seu funcionamento, e em conjunturas singulares de ação decisivas para sua aparição e sua transformação.⁴⁸ O ponto de vista de uma pragmática social permite pensar a interdependência dessas duas dimensões, a partir da observação dos deslizamentos e dos distanciamentos que intervem ao longo da ação e que autorizam momentos de inovação institucional. Atenta simultaneamente às conjunturas curtas da ação e às condições estruturais de possibilidade esta última, uma tal abordagem abre perspectivas para pensar conjuntamente a mudança e a estabilidade.

... E REFLEXIVA

Tal como sugere o exemplo das escalas, esta indução pragmática é também reflexiva. Este é um dos pontos que distinguem a história cruzada, tanto do comparatismo – que, idealmente, postula a existência de um ponto de vista exterior permitindo, seja construir objetos comparáveis, como aplicar-lhes questionários analíticos comuns – quanto dos estudos de transferência – que, em geral, não questionam seus pressupostos referenciais. Não abordaremos aqui a questão de fundo, debatida há mais de um século nas ciências sociais.⁴⁹ Sublinharemos apenas alguns aspectos em que a história cruzada pode contribuir ao enfrentamento do desafio da reflexividade. Tanto a indução pragmática como os procedimentos de historicização que lhe são associados na história cruzada geram formas de reflexividade. Ligada às lógicas da ação, a indução pragmática leva a reajustar os princípios e a lógica da pesquisa em cada um dos seus desdobramentos. A historicização, por sua vez, coloca em relação escalas espaço-temporais variadas com diferentes regimes de historicidade e com posições de observação elas mesmas historicamente situadas.

A história cruzada das disciplinas permite ilustrar certos aspectos desta problemática da reflexividade. Se considerarmos, por exemplo, as imbricações das historiografias alemã e norte-americana pós-1945 a partir de um ponto de vista alemão, americano ou francês, obteremos perspectivas e, de repente,

interpretações bem diferentes. A emigração e o exílio de historiadores alemães nos Estados Unidos, a reimportação pela Alemanha, após 1950, de teorias originariamente alemãs, porém nesse meio-tempo aclimatadas e americanizadas – como foi o caso de grandes painéis da sociologia weberiana –, somados a fenômenos de recepção como aquele da Escola de Chicago, fundem tantas imbricações que incitam-nos a reavaliar os pontos de vista a partir dos quais as diferentes interpretações foram elaboradas. Denominações correntes como a “sociologia alemã” tornam-se fluidas, difíceis de se utilizar sem precaução, sem falar de noções complexas como o *Historismus* e suas traduções (*historicism*, *historicisme*, *istorismo*, etc.), que remetem cada uma a percepções, tradições e metodologias diferentes.⁵⁰ Por isto, o pesquisador está hoje levado a considerar seus próprios conceitos e instrumentos analíticos como o resultado de um processo de cruzamento complexo em que tradições nacionais e disciplinares amalgamaram-se conforme configurações variadas, e a reintroduzir em sua pesquisa os pontos de vista correspondentes.

A publicação e a recepção de *O Orientalismo* de Edward Said⁵¹ ilustram uma outra forma de abordar a questão da reflexividade em termos de cruzamento. Colocando-se a si mesmo, por sua socialização familiar e intelectual, numa dupla situação de hibridismo e de exílio,⁵² Said tentou reelaborar a visão global de um “Oriente” desenvolvida, a partir do fim do século XVIII, pelas sociedades “ocidentais” à procura de alteridade cultural.⁵³ Sua construção é já em si mesma o resultado de um duplo cruzamento: ao nível da pesquisa, que cruza pontos de vista ‘orientais’ e ‘ocidentais’, e sobre o plano do objeto, já que a representação do Oriente produzida pelas sociedades ocidentais contém no reverso a imagem reflexiva do Ocidente. Mas a recepção do livro sugeriu ainda outros tipos de cruzamento. Assim *O Orientalismo* se inscreveria num movimento de ‘ocidentalismo’, ou seja, uma representação do Ocidente produzida pelos não-ocidentais que retomaria, invertendo-as, características estruturais do orientalismo, como a construção de uma alteridade, o princípio dicotômico e a tendência à totalização.⁵⁴ Na história dos conceitos, esse tipo de inversão foi qualificado por Reinhart Koselleck de ‘contra-conceito simétrico’ (*Asymmetrischer Gegenbegriff*), estando entendido que, para ele, conceitos fundamentais frequentemente geram conceitos antônimos, ‘assimétricos’ porque secundários e portanto claramente subordinados aos conceitos fundamentais originais.⁵⁵

Na perspectiva da história cruzada, no entanto, insistiremos antes de tudo nas interações e nos efeitos e reflexividade induzidos pelo sistema de 'duplo espelho'. Pouco importa saber se o orientalismo dos 'ocidentais' não faz mais que refletir sua própria representação do Ocidente, ou ainda se o ocidentalismo dos 'orientais' apenas inverte os princípios do 'orientalismo' dos ocidentais. A história cruzada prefere buscar colocar em evidência o tecido espesso dos entrecruzamentos, a partir das referências efetivamente mobilizadas por uns e por outros na elaboração de suas representações respectivas. Assim fazendo, ela não se fecha num espaço de indecisão relativista ou de infinitas relações especulares em que as diferentes posições se anulariam. Pelo contrário, ela propõe utilizar o cruzamento das perspectivas e o deslocamento dos pontos de vista para produzir efeitos de conhecimento próprios. A reflexividade à qual ela se abre não é um formalismo vazio, mas um campo relacional criador de sentido.

O TRABALHO SOBRE AS CATEGORIAS

O *Orientalismo* de Said exemplifica também o impacto analítico das categorias utilizadas. Trata-se aí de um outro ponto levantado pela história cruzada. Com efeito, frente ao obstáculo das comparações dissimétricas – que postulam a similitude das categorias partindo de um simples equivalente semântico, sem problematizar as práticas frequentemente divergentes que elas recobrem – ou negativas – que avaliam uma sociedade por meio de uma categoria nela ausente, utilizada por sua pertinência no meio de origem do pesquisador –, impõe-se uma vigilância muito particular. Esta vigilância pode se exercer por meio de um trabalho sistemático sobre as categorias, no duplo sentido de categorias de ação e de análise.⁵⁶

Se todo raciocínio procede por categorização, esta permanece muitas vezes implícita, enquanto sua explicitação parece uma base necessária a toda pesquisa comparativa.⁵⁷ Saber de quê se fala e de onde se fala: esse duplo desafio é central para a história cruzada. Porque as categorias são tanto o produto de uma construção intelectual como o ponto de apoio da ação, elas colocam de modo incontornável a questão da relação entre conhecimento e ação, nas situações estudadas bem como ao nível do protocolo de pesquisa.

Graças à atenção que lhes é dada, abre-se uma via possível para lidar conjuntamente com empiria e reflexividade.

Mas esta consideração não visa exatamente a categoria em si mesma e sim os seus diferentes elementos constitutivos e seu agenciamento. Ora, tais elementos são suscetíveis a variações e flutuações que convidam a romper com a intangibilidade das categorias e a assumir sua labilidade. Escapar ao essencialismo das categorias supõe aqui raciocinar em termos de processo situado de categorização – o processo remetendo às interações temporais e espaciais constitutivos da categoria. Categorias como a paisagem (ou o desemprego, a cultura, a velhice, a doença, os operários, os colarinhos brancos, etc.) são historicamente datados e parcialmente estruturados pelas problemáticas que presidiram a sua constituição. No caso de paisagem e seus equivalentes – sempre aproximados, em cada idioma e cultura –, essa constituição foi progressiva e pôs em jogo, no interior mesmo de cada entidade nacional, uma pluralidade de lógicas de categorizações próprias aos diferentes grupos, lugares ou pessoas implicadas no processo: artistas, associações de botânicos, ligas e sociedades locais de embelezamento, associações de vizinhança, etc. Somente uma abordagem situada permite evidenciar mecanismos específicos de categorização que puderam prevalecer ao nível desses diferentes grupos em épocas diversas e que, mesmo não sendo hoje mais perceptíveis, contribuem, no entanto, a modelar as práticas patrimoniais que estão atualmente em curso na França e na Alemanha.⁵⁸ A abordagem processual permite assim perceber melhor as implicações dos desdobramentos categoriais, problematizando seus diversos componentes, mais ou menos estabilizados. Referir-se à categorização implica, portanto, raciocinar, não de maneira abstrata e geral, mas em ligação com o estudo dos dispositivos de ação, dos esquemas de interpretação e dos procedimentos de generalização que concorrem à instituição de uma categoria genérica.⁵⁹ Mais além do interesse que ela apresenta para a análise e a compreensão das relações entre pessoas ou entidades que não compartilham os mesmos sistemas de referência, uma tal perspectiva categorial permite, graças à introdução de uma dimensão diacrônica, escapar ao controle de modelos culturais implícitos e redutores. Esta dimensão se abre para a problematização da historicização e para a maneira como a história cruzada se relaciona com o campo histórico.

HISTORICIZAR

A história cruzada convida o pesquisador a questionar a historicidade de seus objetos e de seus próprios procedimentos. Entretanto, se, como já foi dito, a abordagem proposta toca o conjunto das ciências sociais, por que, nestas condições, manter o nome genérico de história? Muitas razões motivam esta escolha. Primeiro, o movimento de historicização dos saberes em ciências sociais, em que a maior parte de nossas disciplinas se encontram engajadas. Iniciada desde o começo do século XIX, reforçada pelas crises sucessivas dos diferentes positivismos e acelerada pelos questionamentos recentes dos objetivismos científicos,⁶⁰ a historicização é hoje em dia uma dimensão incontornável da produção de conhecimento sobre as sociedades humanas. Dela participa o conjunto das ciências sociais, mesmo aquelas que, como a Economia, tendem a pensar-se antes de tudo como ciências do presente. Tomado pelo ângulo que nos interessa aqui, historicizar significa articular o dado fundamental da reflexividade e as temporalidades múltiplas que entram na construção do objeto desde que o consideramos como uma produção situada no tempo e no espaço. A história cruzada participa deste empreendimento abrindo pistas para repensar, no tempo histórico, as relações entre observação, objeto de estudo e instrumentos analíticos postos em movimento. Em seguida, a referência à história se justifica pela atenção dada ao processo de constituição, tanto dos objetos como das categorias, assim como à gênese das configurações de análise e de ação. Aqui também, o que está em jogo é menos a dimensão temporal por si mesma que a incidência da pluralidade das temporalidades sobre a identificação dos objetos e a construção das problemáticas. Este apoio sobre a história engloba, portanto, um substrato comum às disciplinas que, de uma forma ou de outra, são confrontadas à historicidade de seus materiais e de seus instrumentos. Finalmente, o termo "história" remete também à componente narrativa, descritiva e compreensiva de toda ciência social empírica. Essa narração pode ser feita no presente, para descrever uma situação, ou tratar do passado, para tornar inteligível certos aspectos constitutivos do objeto de estudo.⁶¹ Desde que controlados no plano analítico, os agenciamentos de uma escrita em forma de relato podem constituir um aporte heurístico fecundo para o conjunto das ciências sociais.⁶² Um dos desafios da história cruzada é reconceptualizar certos aspectos dessas múltiplas relações entre história e ciências sociais.

A historicização engaja o pesquisador e sua relação com o objeto. Ela se volta para os fenômenos do passado assim como para a maneira de abordá-los, estabelecendo um elo entre as duas dimensões. Referida ao objeto de estudo, a historicização intervém antes e depois do cruzamento, tomado no sentido de ponto de intersecção e de postura em relação. Para acima, ela se volta para a dimensão histórica constitutiva dos elementos que se cruzam e para a história do cruzamento propriamente dito. O objeto se constrói assim em função de uma problemática de cruzamento em que ele é o vetor. Isto implica, principalmente, que o cruzamento não é considerado uma figura abstrata antecipadamente dada, mas como um desenvolvimento temporal desdobrando sua historicidade própria. Para abaixo, a historicização persegue as conseqüências do cruzamento. Nesse nível também, a inscrição histórica opera segundo uma lógica de contextualização em duplo sentido: levando em conta a constituição histórica do objeto, ela explora os efeitos que ele exerce sobre um entorno, contribuindo para sua transformação; constelação de aspectos que remetem a uma história complexa que se abre por inteiro às inter-relações e à interdependência de seus diferentes componentes. Mas a história cruzada não pode se confundir com uma história total. Partindo da dinâmica das atividades sociais em relação com um objeto de estudo particular, ela visa, pelo contrário, fenômenos específicos, excluídas outras formas de interação que não relevem do cruzamento. Um tal ponto de partida significa que o objeto de estudo não tem uma forma definitiva antecipadamente colocada, mas que se trata de circunscrevê-lo e de o definir por meio da pesquisa. Isto implica, por exemplo, que as categorias utilizadas não são dadas de uma vez por todas, mas submetidas elas também a um trabalho de historicização. Encontramos aqui, desdobrado nas diferentes temporalidades da história, o princípio da abordagem indutiva.

Processual, a história cruzada é um empreendimento aberto que leva em conta, de um ponto de vista interior, as variações de seus componentes e, de um ponto de vista exterior, sua especificidade em relação a outras histórias possíveis. Ela tem parentesco com uma história dos problemas e dos questionamentos, buscando evitar o duplo essencialismo de uma objetivação pelos fatos – supostamente diretamente acessíveis ao observador – e de uma reificação das estruturas – supostamente determinando antecipadamente, segundo um princípio tautológico, os resultados da pesquisa. Em oposição a uma perspectiva essencialista, a idéia de cruzamento aponta, primeiro, uma

interação que, em seguida – e esta é uma de suas características decisivas – modifica os elementos que interagem. Neste sentido, ela se abre para uma história ‘no segundo grau’. Assim, no domínio de uma história cruzada das disciplinas de ciências humanas, a historicização discute não apenas os fenômenos de categorização e de conceptualização próprias a cada disciplina ou sub-disciplina, mas também o trabalho de tradução entre os conjuntos, bem como os deslocamentos de fronteira e as transformações induzidas pelas interações. Ao nível dos questionamentos, ela pode, em seguida, explorar as vias pelas quais as problemáticas se constituíram e interagiram por sua vez, em configurações institucionais variadas de uma disciplina e de um país a outro.⁶³ Uma história cruzada da construção diferenciada da Idade Média na Europa no século XIX – objeto que escapa seja de uma abordagem comparatista, seja de uma pesquisa em termos de transferências – pode assim ilustrar, tanto as modalidades da constituição do questionamento, como o jogo das transações das quais ela se nutre.⁶⁴ Ela permite, enfim, pelo viés da variação das escalas temporais e pela problemática da reflexividade, inscrever este objeto em questionamentos acerca dos usos contemporâneos da referência à Idade Média e sobre suas relações com as concepções de modernidade. Mais genericamente, em lugar de submeter seus materiais a paradigmas funcionalistas ou estruturalistas, a história cruzada procura, portanto, adaptar seus instrumentos analíticos à especificidade do seu objeto. Enquanto história-problema voltada para conjuntos de questões comuns a diferentes disciplinas, ela se inscreve assim num processo de reelaboração historiográfica do qual ela constitui uma das malhas.

REAGREGAR

No entanto, a historicização das problemáticas não aprisiona a história cruzada numa espiral relativista. É verdade que a rede inter-relacional tecida pelos fenômenos de cruzamento conduz a articular o lugar relativo dos atores bem como das categorias descritivas e analíticas, e, portanto, a situá-los uns em relação aos outros, num processo de desconstrução. Além disto, tomar em conta os cruzamentos e sua inscrição numa história relativiza as posições de uns e de outros, bem como suas conceptualizações respectivas. Mas essa relativização – que é, no fundo, uma operação de colocar em rela-

ção — longe de desembocar num relativismo histórico,⁶⁵ aqui é produtora de sentido. Partindo dos distanciamentos entre diferentes pontos de vista possíveis, fazendo falar suas diferenças e a maneira como, historicamente, elas se constituíram, muitas vezes de modo interdependente, a história cruzada oferece a possibilidade de reagregar esses elementos e de produzir efeitos de conhecimento próprios.⁶⁶ Assim, o estudo feito por Heidrun Friese acerca do paradigma do espaço mediterrâneo nas ciências sociais é ao mesmo tempo uma desconstrução do paradigma homogeneizante promovido pela antropologia anglo-saxônica nos anos 1980, e uma recomposição dos diferentes elementos constitutivos das representações do Mediterrâneo, a partir de uma análise da diversidade interna do espaço mediterrâneo e de seu papel de encruzilhada.⁶⁷

Se ela não se abre ao relativismo histórico, a história cruzada não se inscreve tampouco numa lógica de regressão histórica infinita. A historicização não se confunde aqui com uma contextualização que levaria sempre mais longe a investigação histórica, buscando uma representação mais detalhada do passado e de suas relações com o presente. Ao contrário, ela se constrói e se circunscreve em função de um objeto e de uma problemática que permitam identificar temporalidades pertinentes e desta forma enquadrar o processo de historicização. As pesquisas desenvolvidas há uns dez anos na Alemanha a respeito da 'historicização do historicismo' permitiram mudar o estatuto e os usos da noção de *Historismus* que deixou de ser uma etiqueta algo polêmica para tornar-se um verdadeiro objeto histórico. Num duplo movimento de internacionalização e de abertura disciplinar, mostrou-se, por um lado, como os debates alemães sobre o historicismo foram articulados às discussões gerais acerca da relação à história em outros países europeus e, por outro lado, como as diferentes disciplinas, da economia à história, passando pela teologia e pela lingüística, reagiram, cada uma à sua maneira, mas sempre solidariamente, à questão da constituição histórica dos saberes.⁶⁸ De repente, as questões que estavam inicialmente colocadas em termos de controvérsia interna à corporação dos historiadores, opondo os partidários e os críticos do *Historismus*, encontraram respostas através das operações de historicização cruzadas, cujos limites se impuseram por si mesmos de certa forma, na medida em que a problemática ia sendo deslocada e reconfigurada em função dos resultados da pesquisa. Fica claro portanto que, mesmo se, abstratamente, a delimitação da historicização não pareça fácil de determi-

nar, na prática o seu manejo é regulado por critérios de adequação entre questão e resposta encontrada, e, em geral, não constitui de fato um problema.⁶⁹

Feito de uma vez este esclarecimento, podemos retomar as relações entre diacronia e sincronia cuja coordenação é sempre delicada tanto para a comparação como para o estudo das transferências. Quando ele se volta para fatos da vida social, cada ato de produção de conhecimento combina não apenas coordenadas situadas no espaço-tempo, as ainda representações sincrônicas e diacrônicas do que vai acontecendo.⁷⁰ Enquanto operação cognitiva, a identificação de um objeto ou de um processo releva da sincronia; o ato lógico de assinalar ou de estabelecer uma ligação, etc., funciona segundo o princípio da imediaticidade e tende a abstrair a dimensão temporal. Em revanche, enquanto atividades situadas no tempo, tais operações colocam necessariamente a idéia de um desenvolvimento diacrônico dentro do qual elas constituem um dos momentos. Uma das contribuições da história cruzada é que ela permite articular essas duas dimensões, lá onde a comparação privilegia a realização de um raciocínio sincrônico e onde os estudos de transferências se apegam à análise de processos diacrônicos. Através da história cruzada, os registros sincrônicos e diacrônicos são, ao contrário, constantemente reagenciados uns em relação aos outros.

Estamos, neste caso, perto daquilo que Koselleck chama a “não-contemporaneidade do simultâneo” ou a “simultaneidade do não-contemporâneo”,⁷¹ isto é, o entrecruzamento de temporalidades históricas diferentes que, mesmo se distanciando de um padrão de medida comum, se interpenetram a tal ponto que não é mais possível representá-las de forma linear e unidimensional.⁷² Se, para R. Koselleck, estes fenômenos são correlacionados sobretudo a práticas eruditas e a percepções diferenciais do progresso entre os intelectuais, também é possível analisá-los em outros grupos sociais, cruzando, por exemplo, as experiências do tempo próprias aos agricultores e aos operários, ou ainda a diferentes gerações. Mas a proposição se mostra igualmente fecunda, na seqüência das considerações de R. Koselleck, para a história das disciplinas científicas onde, apesar da representação de um tempo único inerente à idéia de progresso, as atividades de diferentes comunidades disciplinares, repartidas em espaços institucionais, políticos e culturais variados, estão bem longe de serem reguladas por um único relógio. Tal como os espaços, essas temporalidades são na verdade

construídas umas em relação às outras. A idéia de um relógio exterior independente das dinâmicas disciplinares respectivas se desfaz aqui em favor do estudo de temporalidades específicas e de suas lógicas de diferenciação.

A análise de tais temporalidades diferenciais e imbricadas aponta, além do mais, para abordagens que foram recentemente desenvolvidas sob as denominações de *Connected* ou *Shared history*. Com estas correntes, a história cruzada compartilha a idéia de 'reconectar' histórias separadas, especialmente a partir do estancamento produzido pela expansão das historiografias nacionais. Mas, enquanto estas propostas se colocam prioritariamente numa perspectiva de 'restabelecimento/reabilitação' de uma realidade perdida, a história cruzada convida o pesquisador a levar em conta sua própria implicação no processo estudado. A atenção dada à pluralidade dos pontos de vista possíveis, aos distanciamentos produzidos pelos idiomas, terminologias, categorizações e conceptualizações, tradições e usos disciplinares, acrescenta uma dimensão suplementar à pesquisa. Diferentemente de uma simples restituição de um 'já lá', a história cruzada insiste naquilo que, num empreendimento auto-reflexivo, pode ser gerador de sentido.

*

O cruzamento, como vimos, releva ao mesmo tempo do objeto e dos procedimentos de pesquisa. Ele age como um princípio ativo, no qual se abre a dinâmica da pesquisa, segundo uma lógica de interações em que os diferentes elementos se constituem uns em relação aos outros, uns através dos outros. A consciência desta parte de inclusão ativa e de seus efeitos simultaneamente constitutivos e transformacionais está no coração da história cruzada. Ela implica operações de ancoragem móvel que ata o observador ao objeto assim como os objetos entre si. Os elementos do espaço de compreensão assim configurado – no qual o observador é ele mesmo parte interessada – não portanto fixos, mas definidos a partir de suas inter-relações dinâmicas. Resulta daí um processo de ajustamento permanente que visa ao mesmo tempo a posição respectiva dos elementos e os procedimentos de seu engendramento.

Mais além desses traços distintivos derivados do conceito de cruzamento, a história cruzada convida ainda a repensar a tensão fundamental entre as operações lógicas da produção do conhecimento e a historicidade,

tanto do objeto como da abordagem que produz esse conhecimento. Vimos que, por questões como a escolha das escalas, a construção do contexto ou ainda os processos de categorização, a história cruzada convida a um vai e vem entre os dois pólos da pesquisa e do objeto. Ao perguntar, sistematicamente, pelas relações entre esses dois pólos, ela procura – escolhendo os seus terrenos – responder à questão da inscrição histórica dos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais. O desafio epistemológico permanece e permanecerá, certamente, inteiro. Mas a aplicação da agenda de pesquisa assim esboçada abre novos canteiros de obras, capazes de modificar as condições nas quais se conduz a experiência intelectual.

TRADUÇÃO DE JAIME DE ALMEIDA

NOTAS

¹ Artigo traduzido da Revista *Annales HSS* (jan-fev 2003, n.º 1, p. 7-36), por Jaime de Almeida.

² Este texto programático foi enriquecido pelas discussões de um seminário quinzenal e da jornada de estudos “História cruzada, objetos e abordagens” (17/05/2002). Agradecemos a Sebastian Conrad, Heidrun Friese, Michael Lackner, Christine Lebeau, Nicolas Mariot, Kapil Raj e Jay Rowell por contribuírem, com a apresentação de seus trabalhos, ao desenvolvimento de uma reflexão coletiva acerca da história cruzada. O resultado está contido na coletânea *L'histoire croisée: objets et perspectives*. Paris, Le Seuil, 2003. Agradecemos também a Yves Cohen, Jean-Yves Grenier, André Orléan e Lucette Valensi por suas sugestões e observações.

³ Para uma apresentação desta problemática a partir de um terreno de pesquisa alemão, ver UTE, Daniel. *Kompendium Kulturgeschichte. Theorien, Praxis, Schlüsselwörter*. Frankfurt: Suhrkamp, 2001.

⁴ A literatura a este respeito é florescente. Para uma apresentação recente, v. o dossiê “Une histoire globale” in *Annales HSS*, 56-1, 2001, p. 3-123. Para um estudo de casos exemplares, v. DUBUISSON, Daniel. *L'Occident et la religion. Mythes, science et idéologie*. Bruxelas: Complexe, 1998.

⁵ Sobre esse tipo de uso, v. em especial WERNER, Michael. “Le prisme franco-allemand: à propos d'une histoire croisée des disciplines littéraires” in H. Manfred Bock, R. MEYER-KALKUS, R. e TREBITSCH, M. (org.). *Entre Locarno et Vichy. Les relations franco-allemandes dans les années 1930*. Paris: CNRS, 1993, t. 1, p. 303-316;

ZIMMERMANN, Bénédicte; DIDRY, Claude; WAGNER, Peter (org.). *Le travail et la nation. Histoire croisée de la France et de l'Allemagne*. Paris, Éditions de la MSH, 1999. Para uma apresentação mais completa do conceito de história cruzada aplicada aos problemas da história transnacional, v. WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte. "Vergleich, Transfer, Verflechtung. Der Ansatz der *Histoire croisée* und die Herausforderung des Transnationalen", *Geschichte und Gesellschaft*, 28, 2002, p. 607-636.

⁴ Nosso interesse pela história cruzada começou a desenvolver-se em meio à nossa própria prática da comparação e do estudo das transferências. Os limites contra os quais esta prática aplicada a certos objetos pôde chocar-se foram o ponto de partida de nossa reflexão. É a razão pela qual este artigo privilegiará o posicionamento da história cruzada quanto à comparação e ao estudo das transferências, considerando as *Connected*, *Shared* ou *Entangled histories* como alternativas a estas duas primeiras abordagens, tanto como a história cruzada, mesmo que elas apresentem, cada uma, especificidades que assinalaremos ao longo do texto. A propósito da *Connected history*, v. STRAYER, Robert W. (org.). *The Making of the Modern World. Connected Histories, Divergent Paths. 1500 to the Present*. Nova Iorque: St. Martins Press, 1989; SUBRAHMANYAM, Sanjay. "Connected Histories: Toward a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In LIEBERMAN, V. B. (org.). *Beyond Binary Histories: Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997, p. 289-315; GRUZINSKI, Serge. "Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres 'connected histories'" in *Annales HSS*, 56-1, 2001, p. 85-117. A expressão *Shared history* foi utilizada inicialmente para a história compartilhada de grupos étnicos diferentes e em seguida foi estendida à história dos gêneros, antes de ser mobilizada na discussão dos *Post-Colonial Studies*, v. STOLER, Ann Laura e COOPER, Frederic. *Between Metropole and Colony, Rethinking a Research Agenda*. In STOLER, Ann Laura e COOPER, Frederic (org.). *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 1-56, bem como HALL, Stuart. *When was the Post-Colonial? Thinking at the Limit*. In CHAMBERS, I. e CURTI, L. (org.) *The Post-Colonial Questions. Common Skies, Shared Horizons*. Londres: Routledge, 1996, p. 242-260. Para o conceito de *Entangled history*, v. CONRAD, Sebastian e RANDERIA, Shalini (org.). *Jenseits des Eurozentrismus. Postkoloniale Perspektiven in den Geschichts- und Kulturwissenschaften*. Frankfurt: Campus, 2002.

⁵ V. especialmente ESPAGNE, Michel. *Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle*. *Genèses*, 17, 1994, p. 112-121; HAUPT, Heinz-Gerhard e KOCKA, Jürgen. *Geschichte und Vergleich. Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung*. Frankfurt: Campus, 1996; CHARLE, Christophe. *L'histoire comparée des intellectuels en Europe. Quelques points de méthode et propositions de*

recherche. In: TREBITSCH, Michel e GRANJON, M.-C. (orgs). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelles: Complexe, 1998, p. 39-59; TREBITSCH, Michel. L'histoire comparée des intellectuels comme histoire expérimentale. In: TREBITSCH, M. e GRANJON, M.-C. (orgs). *op. cit.*, p. 61-78; PAULMANN, Johannes. Internationaler Vergleich und interkultureller Transfer. Zwei Forschungsansätze zur europäischen Geschichte des 18. bis 20. Jahrhunderts. *Historische Zeitschrift*, 3, 1998, p. 649-685; KAELBLE, Hartmut. *Der historische Vergleich. Eine Einführung zum 19. und 20. Jahrhundert*. Frankfurt: Campus, 1999; MIDDELL, Matthias. Kulturtransfer und historische Komparatistik, Thesen zu ihrem Verhältnis. *Comparativ*, 10, 2000, p. 7-41; WERNER, Michael. Comparaison et raison. *Cahiers d'études germaniques*, 41, 2001, p. 9-18. Uma última indicação: LINGELBACH, Gabriele. Erträge und Grenzen zweier Ansätze. Kulturtransfer und Vergleich am Beispiel der französischen und amerikanischen Geschichtswissenschaft während des 19. Jahrhunderts. In: CONRAD, C. e CONRAD, S. (orgs). *Die Nation schreiben. Geschichtswissenschaft im internationalen Vergleich*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 2002, p. 333-359.

⁶ Sobre a complementaridade entre comparação e história cruzada, v. KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. *History and Theory*, 42, 2003, p. 39-44.

⁷ A história cruzada se inscreve num debate já antigo sobre os vínculos entre história e ciências sociais. Esse debate foi lançado em França no início do século passado por SIMIAND, François. Méthode historique et science sociale. *Revue de synthèse historique*. 1903, p. 1-22 e 129-157. Na Alemanha, ele foi animado por Simmel e Weber, principalmente nos trabalhos deste último sobre a economia histórica: trabalhos que, embora voltados para estudos de casos, norteavam-se por considerações epistemológicas. Para etapas mais recentes do debate, v. o dossiê "Histoire et sciences sociales" de *Annales ESC*, 38-6, 1983, e o número dedicado à Virada Crítica (*Annales ESC* – "Histoire et sciences sociales: un tournant critique", 44-6, 1989); PASSERON, Jean-Claude. *Le raisonnement sociologique. L'espace non poppérien du raisonnement naturel*. Paris, Nathan, 1991; e ainda LEBORIER, Pascale e TROM, Danny (orgs). *L'historicité de l'action publique*. Paris: PUF, 2003.

⁸ Sobre os debates franceses recentes a propósito da comparação, v. especialmente DETIENNE, Marcel. *Comparer l'incomparable*. Paris: Le Seuil, 2000; o dossiê dos *Annales* introduzido por VALENSI, Lucette. L'exercice de la comparaison au plus proche, à distance: le cas des sociétés plurielles. *Annales HSS*, 57-1, 2002; o trabalho coletivo franco-americano sobre os repertórios de avaliação, coordenado por LAMONT, Michèle e THÉVENOT, Laurent (orgs). *Rethinking Comparative Cultural Sociology. Repertoires of Evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000; e também HASSENTEUFEL, Patrick. Deux ou trois choses que je sais d'elle. Remarques à propos d'expériences de comparaisons européennes. In: HASSENTEUFEL, Patrick.

Les méthodes au concret. Démarches, formes de l'expérience et terrains d'investigation en science politique. Paris: PUF, 2000, p. 105-124.

⁹ Sobre a comparação entre civilizações, v. KAEUBLE, Hartmut. *Der historische Vergleich, op. cit.*, p. 79-92, e OSTGERHAMMEL, Jürgen. *Geschichtswissenschaft jenseits des Nationalstaats. Studien zu Beziehungsgeschichte und Zivilisationsvergleich.* Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 2001. Observações análogas podem, com certeza, ser feitas para os níveis da nação e da região.

¹⁰ Lembremos que já Marc Bloch, em sua conferência programática do congresso de Oslo, insistiu sobre a necessidade de historicizar as categorias de análise. As diferenças induzidas, nas pesquisas sobre a feudalidade, pelo uso dos termos *tenancier* (francês) e *Höriger* (alemão) oferecem ao comparatista um terreno de estudo rico de ensinamentos. V. BLOCH, March. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de synthèse historique.* 4, 1928, reimpresso em *Mélanges Historiques. I*, Paris, EHESS, 1963, p. 16-40, em especial p. 33-38.

¹¹ No seu texto introdutório a *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference.* Bergen-Oslo: Universitetsforlaget, 1969, p. 9-38, Fredrik Barth já insistia quanto à necessidade de levar em conta a interação nas fronteiras, a partir da qual se definem os traços distintivos das entidades em presença – no caso, os “grupos étnicos”. Mas embora atribuindo a ela um papel determinante, Barth limita os efeitos transformacionais da interação aos processos de definição e às características dos grupos, não questionando de modo algum a coesão do grupo e mantendo a fronteira numa função dicotomizante. Se a etnicidade é definida nas fronteiras, ela é, para Barth, sempre estruturada pelos princípios da homogeneidade e da diferença.

¹² Essas questões já foram expostas, como dificuldades próprias do ‘raciocínio sociológico’ preso entre os dois pólos da experimentação e da historicização, por PASSERON, J.-C. *Le raisonnement sociologique... op. cit.*, p. 57-88.

¹³ Para uma apresentação da abordagem das transferências, v. ESPAGNEM, Michel e WERNER, Michael. La construction d'une référence culturelle allemande en France, genèse et histoire. *Annales ESC*, 42-4, 1987, p. 869-992 e, dos mesmos autores, Deutsch-französischer Kulturtransfer als Forschungsgegenstand. In: ESPAGNE, M. e WERNER, M. *Transferts. Les relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIII-XIX^e siècles).* Paris: Recherche sur les Civilisations, 1988, p. 11-34. Para complementos aportados pelo estudo das transferências germano-britânicas, v. MUHS, Rudolf; PAULMANN, Johannes; STEINMETZ, Willibald (org.). *Aneignung und Abwehr. Interkultureller Transfer zwischen Deutschland und Grossbritannien im 19. Jahrhundert.* Bodenheim: Philo, 1998; para as relações entre a América e a Europa, v. TURGEON,

Laurier; DELÂGE, Denys e OUELLET, Real (org.). *Transferts culturels et métissages. Amérique/Europe (XI^e-XX^e siècles)*. Laval: Presses Universitaires, 1996.

¹⁴ Para esses diferentes exemplos, v., pela ordem: GRENIER, Jean-Yves e LEPETIT, Bernard. L'expérience historique. À propos de C.-E. Labrousse. *Annales ESC*, 44-6, 1989, p. 1337-1360; DÉCULTOT, Elisabeth e HELMREICH, Christian (org.). Le paysage en France et en Allemagne autour de 1800. *Revue germanique internationale*, 7, 1997; o dossiê dirigido por Frédéric Barbier em colaboração com WERNER, Michael. Le commerce culturel des nations: France-Allemagne, XVIII^e-XIX^e siècle. *Revue de synthèse*, 113-1/2, 1992, p. 5-14 e 41-53, bem como JEANBLANC, Helga. *Des Allemands dans l'industrie et le commerce du livre à Paris (1811-1870)*. Paris: CNRS, 1994; e MINTZ, Sidney Wilfred. *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History*. Nova Iorque: Viking, 1985.

¹⁵ V. DMITRIEVA, Katia e ESPAGNE, Michel (org.). *Philologiques IV. Transferts triangulaires France-Allemagne-Russie*. Paris: Éditions de la MSH, 1996.

¹⁶ Casos desse tipo constaram da agenda de pesquisa sobre as transferências: ESPAGNE, Michel e WERNER, Michael. *Deutsch-französischer Kulturtransfer ... op. cit.*, p. 34, mas nunca foram objeto de estudos empíricos.

¹⁷ Somente por extensão é que o termo toma o sentido de "passar ao lado de, indo em sentido contrário". *Le Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1988, p. 427.

¹⁸ Sobre os fundamentos filosóficos de uma discussão das transformações induzidas pela colocação em relação com o Outro, v. em especial THEUNISSEN, Michael. *Der Andere. Studien zur Sozialontologie der Gegenwart*. Berlin-Nova Iorque: Walter de Gruyter, [1965] 1981.

¹⁹ V. a propósito da mestiçagem, GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999, p. 33-57.

²⁰ Ao interessar-se pelos fenômenos de transformação, o estudo das transferências aborda com certeza alguns aspectos da mudança; porém limitar-se apenas às transferências não permite dar conta da mudança radical, quando surgem novas coisas, categorias, práticas ou instituições. Em outras palavras, as transferências participam em muitos casos de mudança, mas a compreensão da mudança geralmente não se esgota nas transferências. O mesmo se aplica à *Connected history* que toma efetivamente em consideração alguns aspectos da mudança, mas não permite de modo algum pensá-la enquanto tal.

²¹ CONRAD, Sebastian. La constitution de l'histoire japonaise. Histoire comparée, histoire des transferts et interactions transnationales. In: WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. (org.). *Histoire croisée... op. cit.*, 2003. Ademais, as historiografias “nacionais” geradas durante o colonialismo podem igualmente ser analisadas em termos de cruzamento.

²² RAJ, Kapil. Histoire européenne ou histoire transcontinentale? Les débuts de la cartographie britannique extensive, XVIII^e-XIX^e siècle. In: WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. (org.). *Histoire croisée... op. cit.*

²³ LEBEAU, Christine. Éloge de l'homme imaginaire: la construction de la figure de l'administrateur au XVIII^e siècle. In: WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. (org.). *Histoire croisée... op. cit.*

²⁴ A expressão “ponto de vista” não está sendo utilizada aqui num sentido subjetivo, e sim no sentido literal, de ponto de observação que determina um certo ângulo de visão. (WEBER, Max. *Essai sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1992, p. 172).

²⁵ Pierre Bourdieu insistiu muito sobre essa questão no conjunto de sua obra. V. especialmente BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Éditions de Minuit, 1987, p. 155 *passim*.

²⁶ No sentido de GIDDENS, Anthony em *New Rules of Sociological Method*. Londres: Hutchinsons, 1974.

²⁷ Esta questão foi abordada por DAKHLIA, Jocelyne. “La culture nébuleuse” ou l'Islam à l'épreuve de la comparaison. In: *Annales HSS*, 56-6, 2001, p. 1177-1199; v. especialmente p. 1186 *passim*.

²⁸ Estamos conscientes da complexidade desse tipo de designação, principalmente a partir do momento em que os itinerários de estudos começam a tomar-se mais e mais imbricados e prevêm formas de integração que embaralham as diferentes designações calcadas em registros de pertença.

²⁹ Este problema é particularmente agudo nas ciências sociais, onde as pesquisas estão submetidas a uma tensão permanente entre, de um lado, os procedimentos definidos como objetivos e comparativos, e de outro lado, uma dimensão normativa e prescritiva, pois o pesquisador é também um ser social. Mas numerosos estudos mostram que o mesmo se coloca nas ciências duras: v. LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. *Laboratory Life. The Social Construction of Scientific Facts*. Londres: Sage, 1974; BARNES, Barry; BLOOR, David; HENRY, John. *Scientific Knowledge. A Sociological Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1996; PESTRE, Dominique. Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. *Annales HSS*, 50-3, 1995, p. 487-522, com numerosas indicações bibliográficas.

- ³¹ Acerca da posição da abordagem multiscópica em relação à micro-história, v. ROSENTAL, Paul-André. Construire le macro par le micro: Fredrik Barth et la *microstoria*. In: REVEL, J. (org.). *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1996, p. 141-159.
- ³² V. em especial GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. La micro-histoire. *Le Débat* 17, 1989, p. 133-136; LEVI, Giovanni. *Le pouvoir au village. La carrière d'un exoraste dans le Piémont du XI^e siècle*. Paris: Gallimard, [1985] 1989.
- ³³ GRIBAUDI, Maurizio. Echelle, pertinence, configuration. In: REVEL, J. (org.). *Jeux d'échelles... op. cit.*, p. 113-139.
- ³⁴ REVEL, Jacques. Micro-analyse et construction du social. In: REVEL, J. (org.). *Jeux d'échelles... op. cit.*, p. 15-36; v. especialmente p. 26.
- ³⁵ LÜTDKE, Alf (org.). *Histoire du quotidien*. Paris: Éditions de la MSH, [1989] 1994; SCHULZE, Winfried (org.) *Sozialgeschichte, Alltagsgeschichte, Mikro-Historie*. Göttingen. Vandenhoeck e Ruprecht, 1994; SCHLUMBOHM, Jürgen (org.). *Mikrogeschichte – Makro-geschichte: komplementär oder inkommensurabel?* Göttingen: Wallstein, 1999.
- ³⁶ ZIMMERMANN, Bénédicte. *La constitution du chômage en Allemagne. Entre professions et territoires*. Paris: Éditions de la MSH, 2001.
- ³⁷ Martina Low insiste, em sua sociologia do espaço, sobre esta dimensão relacional e lábil dos espaços compostos de objetos e de indivíduos a deslocar-se para além dos sistemas de coordenadas geográficas, institucionais, políticas ou sociais que visam estabilizar os espaços pela instauração de fronteiras. (LOW, Martina. *Raumsoziologie*. Frankfurt sobre o Meno: Suhrkamp, 2001).
- ³⁸ Para maior aprofundamento das relações entre a história cruzada e o transnacional, v. WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. Vergleich, Transfer, Verflechtung... *op. cit.*, p. 628 passim.
- ³⁹ V. uma discussão recente desta questão em PUTNAM, Hilary *Renewing Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- ⁴⁰ MARIOT, Nicolas e ROWELL, Jay. Visites de souveraineté et construction nationale en France et en Allemagne à la veille de la Première Guerre mondiale: une comparaison assymétrique. In: WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. (org.). *Histoire croisée... op. cit.*
- ⁴¹ Crítica formulada por REVEL, J. em Micro-analyse et construction du social. *op. cit.*, p. 25.

⁴¹ PASSERON, J.-C. em *Le raisonnement sociologique... op. cit.*, p. 85-88 e 368-370, avançou mais ainda na análise do desafio colocado pela construção do contexto, sobretudo nos empreendimentos comparativos, sem no entanto oferecer propostas metodológicas concretas. Por sua vez, a história cruzada convida a ligar dois níveis de construção do contexto: aquele das operações analíticas efetuadas pelo pesquisador e aquele das situações de ação analisadas.

⁴² GOFFMAN, Erving. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Éditions de Minuit, 1991, p. 19, 35 e 37. Para uma análise mais ampla da noção de situação e de seus usos, v. FORNEL, Michel de e QUÉRÉ, Louis (orgs.). *La logique des situations. Nouveaux regards sur l'écologie des activités sociales*. Paris: Éditions de l'EHESS, "Raisons pratiques-10", 1999.

⁴³ Sobre a teoria da ação, v. em especial: BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991; PHARO, Patrick e QUÉRÉ, Louis (org.). *Les formes de l'action*. Paris: Éditions de l'EHESS, "Raisons pratiques-1", 1990; LADRIÈRE, Paul; PHARO, Patrick; QUÉRÉ, Louis. *La théorie de l'action. Le sujet pratique en débat*. Paris: Éditions du CNRS, 1993; LEPETIT, Bernard. Le présent de l'histoire. In: BLEPETIT, Bernard (org.). *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995, p. 273-298.

⁴⁴ Segundo um procedimento próximo ao da etnografia combinatória criada por Isabelle Bazanger e Nicolas Dodier a partir da constituição de uma "jurisprudência etnológica"; v. "Totalisation et altérité dans l'enquête ethnographique" in *Revue française de sociologie*, 38, 1997, p. 37-66. Para uma tentativa de aplicação à história, v. ZIMMERMANN, B. *La constitution du chômage... op. cit.*

⁴⁵ V. BÖDEKER, Hans-Erich; VEIT, Patrice; WERNER, Michael (orgs.). *Concerts publics. Mutations de la vie musicale 1789-1914: France, Allemagne, Grande-Bretagne*. Paris: Éditions de la MSH, 2002.

⁴⁶ V. GIDDENS, Anthony. *La constitution de la société*. Paris: PUF, [1984] 1987.

⁴⁷ Para uma reinterpretação da noção de estrutura em termos de esquemas e de recursos, e uma reflexão sobre sua integração numa teoria da ação e numa problemática da mudança, v. SEWELL, William H. A Theory of Structure: Duality, Agency and Transformation. *American Journal of Sociology*, 98-1, 1992, p. 1-29.

⁴⁸ Para uma ilustração desta dupla inscrição das instituições, v. ROSENTAL, Paul-André. *L'intelligence démographique. Sciences et politiques des populations en France (1930-1960)*. Paris: Odile Jacob, 2003.

⁴⁹ Para o século XIX, a referência continua sendo a *Historik* de Droysen, bem como o grande projeto de uma crítica da razão histórica de Dilthey. Para os debates mais recentes

acerca da reflexividade nas ciências sociais e sua relação com as teorias da modernidade, v. em especial GIDDENS, Anthony. *Consequences of Modernity*. Oxford, Polity Press, 1990; BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Reflexive Modernisation*. Oxford: Polity Press, 1994.

⁵⁰ Para uma discussão a partir do ambiente alemão, v. OEXLE, Otto Gerhard. *Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1966. Alguns capítulos deste livro foram traduzidos em francês: OEXLE, Otto Gerhard. *L'historisme en débat. De Nietzsche à Kantorowicz*. Paris: Aubier, 2001.

⁵¹ SAID, Edward. *L'orientalisme. L'Orient créé par l'Occident*. Paris, [1978] 1980. [Nota do tradutor: a primeira edição brasileira é de 1990; São Paulo: Companhia das Letras].

⁵² SAID, Edward. *Between Worlds*. *London Review of Books*. 20-9, 7/5/1998.

⁵³ Representação acompanhada no plano político, cf. Said, pelo colonialismo cultural.

⁵⁴ CARRIER, James G. (org.). *Occidentalism. Images of the West*. Oxford: Oxford University Press, 1995. Está claro que tal 'ocidentalismo' diagnosticado por antropólogos britânicos – se é que ele existe – não se situa ao mesmo nível que o orientalismo analisado por E. Said.

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, [1979] 1990. Para uma recente reavaliação da história dos conceitos, v. BODFKER, Hans-Erick (org.). *Begriffsgeschichte, Diskursgeschichte, Metapherngeschichte*. Göttingen: Wallstein, 2002.

⁵⁶ Para o trabalho sobre as categorias, v. especialmente FRADIN, Bernard; QUÉRÉ, Louis; WIDMER, Jean (orgs.). *L'enquête sur les catégories. De Durkheim à Sacks*. Paris: Éditions de l'EHESS, "Raisons pratiques-5", 1994; v. ainda o dossiê *Hommage à Bernard Lepetit. L'usage des catégories. Annales*. 52-5, p. 963-1038.

⁵⁷ Essa constatação vale também para as pesquisas pluridisciplinares.

⁵⁸ V. TROM, Danny. *La production politique du paysage. Éléments pour une interprétation des pratiques ordinaires de patrimonialisation de la nature en Allemagne et en France*. Tese de Doutorado, Institut d'Études Politiques, Paris, 1996.

⁵⁹ Acerca dos procedimentos de generalização, no que se refere à categorização estatística, v. DESROSIÈRES, Alain. *La politique des grands nombres. Histoire de la raison statistique*. Paris, Éditions La Découverte, 1993. Para um estudo de caso, v. também TROM, Danny e ZIMMERMANN, Bénédicte. *Cadres et institution des problèmes publics: les cas du chômage et du paysage*. In: CELEAI, D. e TROM, D. (orgs.). *Les formes de l'action collective. Mobilisation dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, "Raisons pratiques-12", 2001, p. 281-315.

⁶⁰ V. HACKING, Ian *Representing and Intervening. Introductory Topics in the Philosophy of Natural Sciences*. Cambridge: Harvard University Press, 1983; DASTON, Lorraine e GALISON, Peter. The Image of Objectivity. *Representations*, 40, 1992, p. 81-128; para as ciências da cultura, v. LACKNER, MICHAEL e WERNER, Michael. *Der Cultural Turn in den Humanwissenschaften*. Area Studies im Auf- oder Abwind des Kulturalismus? Bad Hamburg: Werner Reimers Stiftung, 1999.

⁶¹ V. BENSÁ, Alban. De la micro-histoire vers une anthropologie critique. In: REVEL, J. (org.). *Jeux d'échelles... op. cit.*, p. 37-70; BERG, Eberhard e FUCHS, Martin (orgs.). *Kultur, soziale Praxis, Text. Die Krise der ethnographischen Repräsentation*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993; TROM, Danny. Situationnisme méthodologique et histoire: une approche par induction triangulaire. In: LABORIER, P. e TROM, D. (orgs.). *L'historiété de l'action publique*. Paris: PUF, 2003.

⁶² V. o apelo convincente, neste sentido, de J. Revel no artigo já citado "Micro-analyse et construction du social", p. 32-36.

⁶³ V. OEXLE, Otto Gerhard (org.). *Das Problem der Problemgeschichte 1880-1932*. Göttingen: Wallstein, 2001; v. também a introdução, colocada sob o signo da história-problema, de OEXLE, Otto Gerhard. *Geschichtswissenschaft... op. cit.*, p. 9-15.

⁶⁴ Uma primeira referência nesta direção: v. OEXLE, Otto Gerhard. Was deutsche Mediävisten an der französischen Mittelalterforschung interessieren muss. In: BORGOLTE, M. (org.). *Mittelalterforschung nach der Wende 1889*. Suplemento da *Historische Zeitschrift*, 20. Munique: Oldenbourg, 1995, p. 89-127. CONRAD, S. em *La constitution de l'histoire japonaise... op. cit.*, mostra que esta questão não se limita apenas à Europa, mas intervém também nas relações entre historiografias europeias e não-europeias.

⁶⁵ Sobre a problemática do relativismo histórico em relação ao relativismo cognitivista, v. PUTNAM, Hilary. *Reason, Truth, and History*. Cambridge: Harvard University Press, 1982; INTYRE, Alasdair Mac. *Quelle justice, quelle rationalité?* Paris: PUF [1988] 1993, p. 375-396. Enfim, sobre a idéia de relatividade histórica, v. KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris, Gallimard/Le Seuil, 1997, p. 75-81.

⁶⁶ A ancoragem na dinâmica das atividades sociais permite situar a história cruzada no debate sobre o desconstrucionismo. Por um lado, todos os objetos da história cruzada, bem como as categorias capazes de descrevê-los e as problemáticas a que eles remetem, são supostos como socialmente construídos. Mas, por outro lado, isto não significa que eles se situem todos num mesmo plano ou que sua posição respectiva seja indiferente. Pelo contrário, nós formulamos a hipótese de que a configuração do cruzamento e a operação intelectual que lhe corresponde fazem aparecer uma lógica que

faz sentido, precisamente a partir das interações semânticas entre posições situadas. Encarado por este ângulo, o cruzamento faz parte das construções sociais produtoras de saberes específicos; cf. HACKING, Ian. *Entre science et réalité. La construction sociale de quoi*. Paris: Éditions La Découverte [1999] 2001, p. 57-86.

⁶⁷ FRIESE, Heidrun. Unité et histoires croisées de l'espace méditerranéen. In: WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. (orgs.). *Histoire croisée... op. cit.*

⁶⁸ NIPPERDEY, Thomas. Historismus und Historismuskritik heute. In: NIPPERDEY, Thomas. *Gesellschaft, Kultur, Theorie. Gesammelte Aufsätze zur neueren Geschichte*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1976, p. 59-73; BLANKI, Horst Walter. *Historiographiegeschichte als Historik*. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1991; MUHLACK, Ulrich. *Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung. Die Vorgeschichte des Historismus*. Munique: C. H. Beck, 1991; RÜSEN, Jörn. *Konfigurationen des Historismus. Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993; OEXLE, Otto Gerhard e RÜSEN, Jörn (orgs.). *Historismus in den Kulturwissenschaften*. Colônia-Weimar-Viena: Böhlau, 1996; OEXLE, O. G. *Geschichtswissenschaft... op. cit.*

⁶⁹ Na verdade, a radicalidade de uma infinita historicização vai de encontro a seu próprio objetivo, pois ela termina por dissolver o próprio conceito de história. Para uma crítica do relativismo ontológico, v. PUTNAM, Hilary. *Renewing Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1995, bem como HACKING, Ian. *Historical Ontology*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

⁷⁰ Não retomaremos aqui os dados fundamentais desta questão. Para o domínio da linguística, onde o problema das relações entre perspectivas sincrônicas (que remetem a uma linguística estruturalista) e diacrônicas (que remetem a uma linguística histórica) foi tratado de modo aprofundado, v. DELASSALLE, Simone e CHEVALIER, Jean-Claude. *La linguistique, la grammaire, l'école, 1750-1914*. Paris: Albin Michel, 1986.

⁷¹ KOSELLECK, R. *L'expérience de l'histoire. op. cit.*, p. 46-49; do mesmo autor, Forstchntt. In: BRUNNER, O; CONZE, W; KOSELLECK, R. (orgs.). *Geschichtliche Grundbegriffe*. Stuttgart: Klett-Cotta, t. II, 1975, p. 351-423, especialmente p. 390-393. Koselleck considera que essa experiência é contemporânea da descoberta do caráter reflexivo do conceito de história, por volta de 1800.

⁷² Pode-se aproximar de tal problemática uma corrente historiográfica que, motivada pelas mudanças ocorridas desde os anos 1970 na representação das relações entre passado, presente e futuro e nas diferentes maneiras de transcrever essa experiência do tempo em formulações eruditas, propõe-se a estudar os fenômenos de temporalidades diferenciais em termos de "regimes de historicidade". Para o conceito de "regime de historicidade" formulado por François Hartog, Jacques Revel e Gérard Lenclud, v. em particular

HARTOG, François. Temps et histoire. «Comment écrire l'histoire de France?» *Annales HSS*, 50-6, 1995, p. 1219-1236. O conceito foi retomado por DETIENNE, Marcel. em *Comparer l'incomparable*. Paris: Le Seuil, 2000, p. 61-80, e desenvolvido por HARTOG, François em *Régimes d'historiété. Expériences du temps et histoire*. Paris: Le Seuil, 2003. Entretanto, a idéia mesma de “regime” induziu esses estudos a interessar-se mais, por um lado, à coerência das representações e práticas consideradas e, por outro, às mudanças de regime, aos deslocamentos dos grandes parâmetros de base, e, portanto, a destacar e descrever fenômenos de ruptura. Por isto, os cruzamentos e interações entre conjuntos históricos de temporalidades diferenciadas não estavam de fato na agenda e não foram suficientemente explorados.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir, no contexto das diferentes abordagens da História Cultural os limites das análises de cunho relacionais baseadas na comparação e nas transferências. Propõe, como alternativa uma “história cruzada” que considera a relação entre diacronia e sincronia, os regimes de historicidade e de reflexividade.

RÉSUMÉ: L'histoire croisée, em appartenant à la famille des démarches relationnelles, reprend, à nouveaux frais, les discussions menées au cours des dernières années sur la comparaison, les transferts e les interactions socioculturelles. Elle se propose à sonder des questions générales telles que celle des échelles, des catégories d'analyse, du rapport entre diachronie et synchronie, des régimes d'historicité et de la réflexivité.